

JB 10.2.88

# Governo baiano proíbe a Chesf de encher o lago de Itaparica

SALVADOR — O secretário de Planejamento e presidente do Conselho Estadual de Proteção Ambiental, Jairo Simões, mandou mensagem por telex ao presidente da Companhia Hidro-elétrica do São Francisco, José Carlos Aleluia, proibindo a Chesf de iniciar, no próximo dia 19, o enchimento do lago da barragem de Itaparica, que vai submergir várias cidades e povoados dos estados da Bahia e Pernambuco. O telex foi assinado também pelo diretor do Centro de Recursos Ambientais, Joviniano Neto.



Jairo Simões

A decisão da Chesf de iniciar, este mês, o enchimento do lago da barragem da hidrelétrica de Itaparica surpreendeu as autoridades da área ambiental da Bahia, porque, segundo o secretário Jairo Simões e o presidente da CRA, a empresa não cumpriu, até agora, algumas etapas essenciais exigidas pelo Centro de Recursos Ambientais, a quem cabe dar a licença de operação da barragem, entre essas etapas estão o programa emergencial de reassentamento da população, o estudo sobre a curva de enchimento do lago, além do resgate de toda a fauna silvestre e doméstica da região a ser inundada.

Joviniano Neto informou, ontem, que, tão logo recebeu, no dia 1º deste mês, a mensagem da Chesf comunicando o início do enchimento do lago, o CRA enviou à região uma

equipe de técnicos para inspecionar a área. "Após seis dias na área de Itaparica, os técnicos constataram que apenas 20 por cento das 2.500 famílias do lado baiano da área a ser alagada foram transferidas para local seguro e ainda assim reassentadas em condições precárias", revela.

"O clima é de tensão na área", alertou o secretário de Planejamento, Jairo Simões, lembrando que a barragem de Itaparica fica na divisa da Bahia com Pernambuco e significará o desaparecimento da cidade baiana de Rodelas e do vilarejo de Barra do Tarrachil, no município de Chorrocho, e de duas cidades pernambucanas.

Além de registrar a insatisfação da população pelo fato da Chesf não ter cumprido acordos anteriores com as lideranças comunitárias, o CRA comprovou que as condições de transferências não estão de acordo com o projeto de "estudos ambientais" apresentado pela própria empresa. Enquanto do lado pernambucano, metade das famílias já foi reassentada, na Bahia, este número é muito baixo. "Além disso, os locais para onde estão sendo transferidas as famílias não dispõem da estrutura prometida pela Chesf", protestam o secretário de Planejamento e o presidente do CRA no telegrama enviado a José Carlos Aleluia. A mensagem comunica, também, ao presidente da Chesf, que a licença de operação deve ser precedida de adequadas garantias de que o órgão, a partir da competência legal que possui, "é contrário ao enchimento do reservatório antes da solução definitiva dos problemas de reassentamento".